



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 173, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2003.

DEFINE AS OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR, A QUE ALUDE O § 3º, DO ART. 100, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A Redação dada pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15/12/98, DÁ PRAZO A PAGAMENTO DAS JÁ INSCRITAS EM PRECATÓRIOS E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica definida em 140 (cento e quarenta) UNITERRA - Unidade Fiscal de Terra Roxa, criada pela Lei Municipal nº 56/2001, publicada na Imprensa Oficial do Municipal em 28/12/2001, as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3º, do Art. 100, da Constituição Federal, com redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998, publicada no D.O.U. de 16/12/1998, alterado pela Emenda Constitucional nº 30, de 13/09/2000, publicada no D.O.U. de 14.09.2000).

Art. 2º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da apresentação de requerimento ao Protocolo Geral da Municipalidade, instruído com certidão, expedida pelo Cartório ou Secretaria, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3º As obrigações já inscritas em precatórios e que satisfaçam o disposto no artigo 1º desta lei, serão pagas no prazo máximo de 1 (um) ano observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4º No caso de processos judiciais ou administrativos em trâmite ou que vierem a ser protocolizado, onde figure o Município de Terra Roxa como requerido, é permitido o reconhecimento do pedido pelo Município, desde que tal reconhecimento não exceda ao dobro dos valores definidos no artigo 1º desta Lei.

§ 1º Em caso de processo judicial, o pagamento dos valores, somente poderão ocorrer após composição amigável devidamente homologada pelo Juiz da causa e com trânsito em julgado.

§ 2º Nos processos administrativos, o pagamento dos valores somente poderá ocorrer após homologação do pedido pelo Prefeito Municipal, cumpridas as formalidades e o devido trâmite, observando-se quanto a isto, as regras e os princípios disciplinadores de Processos Administrativos.

Art. 5º Para cumprimento do disposto na presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de dezembro de 2003.

JOSÉ TEIXEIRA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 11/12/2017